



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003801-84.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos**
 Requerente: **Leonardo Aparecido Ribeiro**
 Requerido: **Cicero Ribeiro da Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter contratado o réu para a realização de serviços para a construção de uma residência.

Alegou ainda que parte desses serviços foi realizada com imperfeição e parte não se deu.

Almeja ao recebimento de valores para a reparação dos danos que suportou.

O exame dos autos revela que os serviços que o réu não teria realizado de forma satisfatória envolveram a colocação de soleiras (há acúmulo de água nelas), o erguimento de paredes tortas (reparado com utilização de massa corrida em grande quantidade), os pisos externo e interno da casa (a água porventura neles existente não escoava para os ralos), o rejunte de pisos (que saiu após uma chuva), um piso de porcelanato trincado e telhas soltas.

Ademais, alegou o autor que os serviços de instalação de luminárias não foi efetuado pelo réu.

Quanto ao último aspecto, o réu reconheceu que realmente não levou a cabo aqueles serviços, mas ressaltou que não tinha habilitação para tanto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O argumento não prospera diante dos termos do contrato de fls. 07/09, onde expressamente consta a obrigação do réu no particular (cláusula primeira, fl. 06).

Nada há nos autos para sequer fazer supor que o réu tivesse sido ludibriado para assinar esse contrato ou que os serviços em apreço não tivessem sido ajustados e mesmo assim, à sua revelia, colocados no instrumento.

A primeira conclusão que se impõe, portanto, é a de que o réu haverá de ressarcir o autor pelos gastos suportados por ele a propósito, no importe de R\$ 3.100,00.

Já em relação aos demais serviços feitos pelo réu, as fotografias que instruíram o relato exordial (fls. 11/17) prestigiam as palavras do autor.

Todas elas confirmam os problemas detalhados a fl. 05, nada havendo a justificar tais falhas.

Assinalo, ademais, que pela natureza da prova amealhada e diante da inexistência de dados sólidos que se contrapusessem a ela (o isolado depoimento da testemunha Valdeci Nascimento não tem o condão de sobrepor-se às fotografias acostadas aos autos) a realização de perícia é no caso despicienda.

Nesse contexto, reputo que o autor faz jus às verbas que postulou no particular, até porque o réu em momento algum evidenciou algum exagero a seu respeito.

Assinalo, por fim, que mesmo a quantia de R\$ 10.000,00 é de razoável fixação, considerando a extensão dos danos mostrados nas fotografias coligidas e o valor total recebido pelo réu, superior a R\$ 117.000,00.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 14.130,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 24 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**